

Recomendação n.º 41

**Sobre a Comunicação ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre Pesca Sustentável na União Europeia: ponto de situação e orientações para 2024**

Considerando a comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre Pesca Sustentável na União Europeia: ponto de situação e orientações para 2024, o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP), vem por este meio emitir a sua opinião:

**2. Progressos na consecução de uma pesca sustentável na UE:**

Nos Açores têm sido implementadas medidas de gestão internas, como: os limites máximos de captura por embarcação, por maré e quota anual; e o aumento do tamanho dos anzóis e a criação de tamanhos mínimos de captura. O que denota uma preocupação em garantir uma gestão cuidada do esforço de pesca de modo a assegurar a sustentabilidade dos recursos e da atividade pesqueira.

**De maneira geral, o CCRUP lamenta a falta de dados sobre as pescas sustentáveis, praticadas nas bacias oceânicas europeias do Atlântico Oeste, Este e Índico.**

**2.1. Possibilidades de pesca em 2023**

Nos Açores (águas do Atlântico), a espécie goraz (*Pagellus bogaraveo*) mantém o plano de gestão de quota e uma boa gestão das unidades populacionais, com os limites por embarcação e com a repartição de quotas por ilha do arquipélago. Sobre esta espécie, existe uma listagem de embarcações que a podem pescar, não podendo as capturas totais serem superiores a 3% da possibilidade de pesca anual, pelo que **recomendamos que o Total Admissível de Capturas (TAC) de 2023/24 do Goraz se mantenha.**

Os *Beryx spp.* são explorados, nos Açores, exclusivamente através de artes de anzol e fazem parte das 8 espécies mais importantes para os Açores, representando cerca de 71% do total das descargas de espécies demersais e de profundidade. Segundo os pescadores, as unidades populacionais desta espécie encontram-se num estado sustentável, evidenciando até um aumento progressivo desta unidade que se pensa estar relacionado com o esforço quase nulo na Crista Média Atlântica e limitado nos Açores.

Pelo que, no âmbito das negociações das **unidades populacionais partilhadas com o Reino Unido recomendamos o aumento do TAC**, tendo como referência o de 2022.

**De um modo geral, o CCRUP lamenta a falta de dados sobre as unidades populacionais nas bacias oceânicas europeias do Atlântico Oeste, Este e Índico.**

### **3. Situação da frota da EU**

O CCRUP discorda que *os Estados-membros devam manter as frotas dentro dos limites máximos nacionais aplicáveis à capacidade dos navios*. **E recomendamos que haja uma exceção para as frotas pequena escala das regiões ultraperiféricas (RUP) europeias**, autorizando o aumento da arqueação bruta e da potência dos seus motores, o que não significará um aumento do esforço de pesca, pelo contrário, trará melhores condições e segurança aos pescadores, e melhorará a qualidade do pescado que chega à primeira venda.

### **4. Desempenho socioeconómico**

Concordamos que *a energia é uma das principais rubricas de custos da frota de pesca da UE*, nomeadamente para as RUP e que *se prevê que a frota de pesca da UE consiga cobrir os seus custos operacionais e manter o emprego em 2023, mas continuará a ser financeiramente vulnerável devido: ao elevado nível de intensidade energética, à dependência dos combustíveis fósseis*, prevendo-se mais acentuada nas embarcações mais envelhecidas e de pequena escala das RUP (muitas delas ainda em madeira), tornando-as mais consumidoras de combustível.

#### **6.1. Principais etapas para a fixação das próximas possibilidades de pesca**

Considerando que a Europa possui territórios no oceano Índico, **recomendamos que a Comissão baseie não só** as suas propostas de possibilidades de pesca para 2024 **nos pareceres científicos emitidos**, pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES) e pelo Comité Científico, Técnico e Económico da Pesca (STECF), **mas também nos pareceres científicos da Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC)**.

O CCRUP deseja sublinhar a necessidade de ser mais envolvido nas negociações no âmbito das Organizações Regionais de Gestão das Pescas (RFMO), e gostaria que a Comissão Europeia iniciasse mais debates com os Conselhos Consultivos antes das

negociações, a fim de assegurar que as vozes dos interessados com assento nestes órgãos sejam ouvidas, e equilibrar melhor a participação do público, de modo a evitar que os utilizadores pontuais do mar não tenham tanto peso como os profissionais e trabalhadores quotidianos.

## **6.2. Fixação das possibilidades de pesca para diferentes bacias marítimas**

**Recomendamos ainda que não só os Estados-membros sejam convidados a indicar as unidades populacionais prioritárias para as quais recomendam TAC para dois anos, mas que também os Conselhos Consultivos sejam consultados nesta matéria.**

O CCRUP deseja reiterar a necessidade de melhorar a qualidade dos dados sobre as diferentes unidades populacionais do oceano Índico.

## **7. Conclusão**

O CCRUP recomenda que **a UE faça constar nas suas comunicações transversais, a análise da informação referente às bacias oceânicas das RUP, nomeadamente: São Martinho, Guadalupe, Martinica, Guiana Francesa, Açores, Madeira, Canárias, Maiote e Reunião.**